

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ACTUAÇÃO DO GOVERNO EM RELAÇÃO À FUNDAÇÃO PARA AS
COMUNICAÇÕES MÓVEIS**

28 DE JANEIRO DE 2010

1.ª REUNIÃO

ORDEM DE TRABALHOS:

TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DA COMISSÃO.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República** (Jaime Gama): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou dar posse à Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Actuação do Governo em Relação à Fundação para as Comunicações Móveis e aos membros da mesa indicados pelos partidos.

O PSD indica o Sr. Deputado Miguel Macedo para presidente e, para vice-presidentes, é indicada, pelo PS, a Sr.^a Deputada Paula Barros e, pelo BE, o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

Os Srs. Deputados conhecem o mandato da Comissão, através da Resolução da Assembleia da República n.º 8/2010 que foi aprovada, que é, genericamente, apurar a forma como têm sido geridos os fundos públicos atribuídos à Fundação para as Comunicações Móveis (FCM) e ao Fundo para a Sociedade de Informação. Depois, a Resolução da Assembleia da República desenvolve todos estes pontos.

Os Srs. Deputados também sabem que têm um prazo de 90 dias para a conclusão dos trabalhos.

Houve uma reconfiguração da Comissão para ficar absolutamente conforme o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares. Assim, a Comissão será composta por 8 Deputados do PS, 6 Deputados do PSD, 1 Deputado CDS-PP, 1 Deputado do PCP e 1 Deputado do BE e outros tantos Deputados de cada partido como suplentes. O Partido Ecologista «Os Verdes» não estará representado, porque, de acordo com o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, número máximo de Deputados é de 17 elementos.

Srs. Deputados, se não houver objecções, considera-se aprovada a composição da mesa, formada pelos Srs. Deputados indicados, pelo PSD, para presidente e, pelo PS e pelo BE, para vice-presidentes da Comissão.

Pausa.

Eleita a mesa, convido o Presidente da Comissão, Deputado Miguel Macedo, e os Srs. Vice-Presidentes a tomarem os lugares na mesa.

Resta-me desejar um bom trabalho, no cumprimento do mandato de que estais investidos, e a produção de um bom resultado vertido na apresentação do relatório ao fim dos 90 dias.

Passo a palavra ao Sr. Presidente da Comissão para prosseguir os trabalhos, no exercício das suas funções.

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Miguel Macedo): — Srs. Deputados, começo por cumprimentá-los a todos e por dizer que esta primeira reunião servirá para organizarmos os nossos trabalhos.

Srs. Deputados, há dois pontos que quero sublinhar e que estarão, certamente, na consciência de todos os Srs. Deputados.

Como o Sr. Presidente da Assembleia da República aqui acabou de enunciar, nos termos da Resolução da Assembleia da República, temos 90 dias para apresentar o relatório, sendo que parte importante deste prazo decorre em simultâneo com discussão do Orçamento do Estado. Ora, este facto vai, sem qualquer margem para dúvidas, fazer com que tenhamos de desenvolver um esforço para encontrar horários de funcionamento capazes de cumprir o prazo determinado pela Resolução da Assembleia da República. Isto significa que, do meu ponto de vista, temos de ser expeditos na forma como vamos funcionar.

Assim, faço a seguinte sugestão: hoje, acertemos a data da próxima reunião; no intervalo de tempo entre a reunião de hoje e a próxima farei distribuir pelas Sr.^{as} e Srs. Deputados e pelos Srs. Coordenadores dos grupos parlamentares um projecto de regulamento da Comissão. Devo dizer, desde já, que vamos seguir muito de perto, para não dizer de forma

absolutamente idêntica, o regulamento da última comissão de inquérito, a comissão de inquérito ao BPN.

Na próxima reunião, faremos a necessária ajuramentação das Sr.^{as} e dos Srs. Funcionários que prestam ou irão prestar apoio a esta Comissão.

Os Srs. Deputados irão receber — os serviços farão chegar a cada um dos Srs. Deputados — um impresso para, nos termos da lei, declararem por sua honra não haver qualquer conflito de interesses com o objecto desta Comissão de Inquérito. Esta é, aliás, a condição para que assumam, em plenitude, o mandato na Comissão.

A partir da segunda reunião assumiremos em pleno o decurso normal dos trabalhos, apelando, mais uma vez, à compreensão de todos, porque não vai ser fácil, para a procura de horários para a realização dos trabalhos desta Comissão, tendo em conta a circunstância de, só em 12 de Março, terminarmos a discussão e a aprovação do Orçamento do Estado. De hoje até 12 de Março decorre um mês e meio, ou seja, metade do tempo que dispomos para concluir os nossos trabalhos. Vamos ter muita dificuldade para acertar calendários e horários, mas vamos, certamente, conseguir fazê-lo, com o esforço de todos, para cumprirmos a determinação da Assembleia em relação a esta matéria.

Se estiverem todos de acordo, é assim que iremos proceder.

Peço aos Srs. Deputados que sugiram uma data para a próxima reunião.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — O Sr. Presidente referiu aqui que nos iria enviar, e bem, esse projecto de regulamento de funcionamento da Comissão.

Sr. Presidente, atenta a circunstância de ser necessário apreciá-lo, embora a maior parte dos Deputados da Comissão já o conhecerem por terem pertencido à comissão de inquérito ao BPN, sugiro, se os outros

grupos parlamentares estiverem de acordo, a marcação da reunião para a próxima quarta-feira, a qualquer hora.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, nesse dia realizam-se as Jornadas Parlamentares do CDS-PP.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sim, realizam-se as Jornadas Parlamentares do CDS-PP. Só o Plenário é que não é impeditivo do funcionamento da Comissão.

Com o devido respeito ao CDS, retiro a minha proposta para a realização da reunião na quarta-feira. O Sr. Presidente fica com a disponibilidade de nos indicar uma data para a partir de quinta-feira de manhã.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Agostinho Branquinho.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, recordo que a manhã de quinta-feira é interdita à realização de reuniões das comissões, a não ser que haja consenso entre todos os grupos parlamentares. Ora, o PSD não está em condições de dar esse consenso, porque tem uma reunião do Grupo Parlamentar.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, sugeri que a marcação fosse feita a partir de quinta-feira de manhã, o que pode ser à tarde ou à noite. O Sr. Presidente dirá ou concertará, no seu alto critério.

O Sr. **Presidente**: — Dizem-me que, em face da realização das Jornadas Parlamentares do CDS, ficou decidido na Conferência de

Presidentes que pode haver reunião na quinta-feira de manhã.

Srs. Deputados, a próxima reunião, para o efeito que é, deverá ser, julgo eu, relativamente rápida. Portanto, penso que, não ocorrendo votações, e mesmo que ocorram, o mais acertado será fazermos a segunda reunião desta Comissão na próxima quinta-feira, imediatamente a seguir ao fim dos trabalhos do Plenário.

Como digo, antevejo que a reunião não seja muito demorada, deverá ser uma reunião procedimental para organizarmo-nos melhor em relação aos trabalhos que iremos desenvolver e apresentarmos propostas de calendário de futuras reuniões, e, portanto, julgo que poderemos, rapidamente, resolver os assuntos que temos a tratar nessa reunião.

Se os Srs. Deputados estiverem todos de acordo, a reunião fica desde já marcada para a próxima quinta-feira, dia 4 de Fevereiro, logo a seguir ao fim do Plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (PSD): — Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, formulando votos para que tenha um bom mandato na presidência desta Comissão, e dizer que concordamos com a metodologia que acabou de propor e com a hora para essa primeira reunião.

Aproveito esta primeira reunião e esta intervenção para informar, desde já, que o Grupo Parlamentar do PSD pretende apresentar dois requerimentos, elencando um conjunto de entidades que gostaríamos de ouvir no âmbito dos trabalhos desta Comissão. Estas entidades são, naturalmente, o Presidente do Conselho de Administração da Fundação para as Comunicações Móveis, o especialista em Direito Administrativo Prof. Diogo Freitas do Amaral, o ex-Ministro das Obras Públicas Eng.º Mário Lino, o actual Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, os vogais do Conselho de Administração da Fundação para

as Comunicações Móveis, do Conselho Geral do Fundo para a Sociedade de Informação, também os representantes dos diversos operadores no Conselho de Administração, da Microsoft, da JP Sá Couto, da Intel e das operadoras.

Deixamos já este documento para, acelerando os trabalhos, poder ser distribuído, para, depois, ser discutido com os restantes grupos parlamentares, no âmbito dos trabalhos da Comissão.

Temos também um outro requerimento a elencar um conjunto de documentos que pensamos serem necessários para o bom trabalho desta Comissão, os quais podem, depois, ser solicitados. Estes documentos têm a ver com os contratos, com os protocolos, com os memorandos de entendimento que se sabe terem sido assinados, quer pelos operadores quer entre o Governo e os produtores de equipamento, e também com alguma informação complementar, que é necessária, relativamente às contas, quer da Fundação quer do Fundo para a Sociedade de Informação, que foram divulgadas.

Sr. Presidente, assim, entrego estes requerimentos na mesa, para, posteriormente, serem discutidos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado, os documentos estão entregues e serão distribuídos por todos os Srs. Deputados da Comissão.

Como sabem, nos termos da lei, temos de deliberar sobre as propostas feitas por cada um dos Srs. Deputados, pelo que o faremos na próxima reunião da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, no mesmo sentido e ao abrigo da lei do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, quero indicar três entidades que consideramos interessante ouvir nesta

Comissão, que são as seguintes: o presidente do Grupo de Trabalho UMTS, que foi criado em 2006; o Eng.º Mário Lino, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVII Governo Constitucional; e o actual Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, Sr. Dr. Paulo Campos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos adoptar exactamente o mesmo procedimento para todos os requerimentos.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ramos Preto** (PS): — Sr. Presidente, só para dizer que o PS nada tem a opor à apresentação desses requerimentos, embora nos pareça extemporânea, neste dia de tomada de posse da Comissão, sem estar ainda aprovado o regulamento, a sua apresentação.

Compreendemos as razões pelas quais, em termos mediáticos, se apresentam aqui estes requerimentos, mas parece-nos que só deveriam ser apresentados depois de aprovado o regulamento da Comissão, embora nada tenhamos a opor a que os partidos o façam.

Parece-nos, no entanto, que seria mais correcto estabilizarmos primeiro o regulamento de funcionamento da Comissão, em vez de deixarmos o Sr. Presidente confrontado com os requerimentos que, agora, foram apresentados.

Era só esta nota que queria deixar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Ramos Preto.

De qualquer forma, não vamos discutir agora os requerimentos. Vou

mandar distribuí-los pelos Srs. Deputados e só na próxima reunião faremos a sua discussão e respectiva deliberação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, o PCP também começa, naturalmente, por cumprimentar V. Ex.^a e por desejar um bom mandato ao Sr. Presidente e a todos, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

O PCP também tem para propor à Comissão não só um conjunto de audições de entidades, que gostaria de ouvir, mas também documentação que considera importante. No entanto, deliberadamente, decidiu não apresentar hoje, no momento da tomada de posse desta Comissão Parlamentar de Inquérito, esses requerimentos.

Gostaríamos de saber, do ponto de vista metodológico, se a apreciação dos requerimentos apresentados ou a apresentar pelos vários grupos parlamentares será feita antes ou depois da aprovação do regulamento e de outras deliberações da Comissão, tendo em conta a forma e o momento próprio aqui assumido pelos partidos para a apresentação dessas propostas. Faço a pergunta porque a nossa organização, quanto ao momento e ao modo como iremos apresentar as propostas, será feita em função da metodologia que for adoptada.

Já expliquei a razão por que optámos por não trazer agora as propostas que já preparamos e estamos a consolidar para, no momento próprio, apresentarmos na Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, como é evidente, é possível apresentar requerimentos neste momento. Solicito até a todos os Srs. Deputados que tenham idênticos requerimentos para os fazerem chegar à Mesa, para que possam ser distribuídos até à próxima reunião, que será na quinta-feira.

Do ponto de vista metodológico e procedimental, julgo que é adequado que a próxima reunião comece pela aprovação do regulamento interno da Comissão, pela ajuramentação dos Srs. Funcionários e pela verificação de todas as declarações de inexistência de conflito de interesses dos Srs. Deputados, para, assim, ficar completa a posse de todos os Srs. Deputados nesta Comissão de Inquérito. Em seguida, avançaremos para a discussão e deliberação de todos os requerimentos que forem presentes na Mesa.

Portanto, esta é a metodologia que considero correcta, mas a Comissão deliberará.

De qualquer modo, qualquer Srs. Deputados ou grupo parlamentar que, no entretanto, quiser fazer chegar à Mesa requerimentos de teor semelhante àqueles que agora foram presentes poderão fazê-lo e eles terão exactamente o mesmo procedimento, ou seja, serão de imediato distribuídos e, na próxima reunião, serão objecto de discussão para deliberação imediatamente a seguir à aprovação do regulamento interno da Comissão.

Se estiverem de acordo, esta será a metodologia a seguir.

Pausa.

Visto não haver objecções, assim iremos proceder.

Antes de terminar a reunião, peço a todos os Srs. Deputados para não se esquecerem de assinar o livro de presenças, que vale como posse, sendo que a posse efectiva ficará completa quando for junta ao *dossier* a declaração de inexistência de conflito de interesses.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 20 minutos.